

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia de Interconexão Energética S.A. – CIEN (Endesa Cien) submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Endesa Cien é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores. **1) Perfil:** A Companhia de Interconexão Energética S.A. – CIEN (Endesa Cien) tem sede em Niterói (RJ) e unidade operacional na cidade de Garruchos (RS). A Empresa realiza atividades de conversão e transmissão de energia elétrica, através da operação de rede de transmissão entre a Argentina e o Brasil. A Endesa Brasil tem 100% de participação na companhia, que é uma sociedade anônima de capital fechado e completou doze anos de operação em 2012. Seus principais ativos são as Interconexões Energéticas Garabi I e II, que ocupam uma área de 600 mil m² em Garruchos e possui linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão. Os sistemas possuem capacidade total de conversão e transmissão de 2.200 MW e estão aptos a transferir energia do Brasil para a Argentina e o Uruguai. Em 2012, a Cien transmitiu 77 GWh de energia. Em 04 de abril de 2011, por meio das Portárias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida – RAP, pela ANEEL, que sofre reajuste anual e a cada quatro anos a Companhia fica submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da referida RAP. A equiparação comercial e técnica da Companhia a transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tem prazos definidos, sendo de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. No final de 2012, a Endesa Cien empregava 156 colaboradores, sendo 60 colaboradores próprios, 81 de empresas parceiras e 15 menores aprendizes/estagiários.

2) Principais Indicadores:

Principais Indicadores	2012	2011	Var. %
Potência instalada (MW)	2.200	2.200	0%
Energia Transmitida (GWh/ano)	77	2.245	-97%
Ativo total (R\$ mil)	1.120.751	1.157.457	-3%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	529.417	460.731	15%
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,86	1,62	15%
Lucro Líquido do exercício (R\$ mil)	68.606	69.107	-1%
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,24	0,24	-1%
Número de colaboradores próprios	60	56	7%
Número de colaboradores parceiros	81	104	-22%

3) Desempenho Operacional e Comercial: Em 2012, a ANEEL aprovou o projeto da CIEN referente a obra de seccionamento da linha Garabi II. Este seccionamento consiste: (i) na construção em Santo Angelo do ramal da linha de transmissão atual, de 525 kV, Garabi-Itá II, com dois circuitos simples de 12 km; e (ii) na construção adicional de duas linhas de transmissão na subestação Santo Angelo, com o equipamento principal correspondente (interruptores, seccionadores e transformadores), sala de controle e de serviços auxiliares independentes. **4) Investimentos:** Os investimentos em 2012 somaram R\$ 6,8 milhões, contra R\$ 1,4 milhões no ano anterior. Esses recursos foram destinados, basicamente, à aquisição de detector de tensão referente ao projeto de seccionamento da linha Garabi II.

5) Desempenho Econômico (Resultado Consolidado):

Valores em R\$ Mil	2012	2011	Var. % (1)
Receita operacional bruta	290.563	208.811	39%
Deduções da receita bruta	-27.421	69.091	-140%
Receita operacional líquida	263.142	277.902	-5%
Custos do serviço e despesas operacionais	-114.399	-119.650	-4%
EBITDA(2)	204.354	205.692	-1%
Margem EBITDA	78%	74%	4 p.p.
EBIT(3)	148.743	158.252	-6%
Margem EBIT	57%	57%	0 p.p.
Resultado financeiro	-39.632	-50.659	-22%
Imposto de renda e contribuição social	-40.505	-38.486	5%
Lucro líquido	68.606	69.107	-1%
Margem líquida	26%	25%	1 p.p.
Lucro por ação (R\$/ação)	0,24	0,24	-1%

(1) Variação entre 2012 e 2011. (2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações. (3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	3.674	2.945	3.740	3.469
Títulos e valores mobiliários	5	3.281	782	4.497	3.015
Contas a receber de revendedores	6	33.868	32.089	33.868	32.089
Tributos a compensar	7	11.504	16.415	11.514	16.820
Outros créditos		1.965	1.185	1.994	1.217
Total do ativo circulante		54.292	53.416	55.613	56.610
Não circulante					
Partes relacionadas	15	176.397	154.324	121.100	112.118
Tributos diferidos	8	179.646	181.474	192.140	187.873
Tributos a compensar	7	22.106	20.816	29.419	27.974
Depósitos vinculados a litígios		6.716	6.267	6.716	6.267
Outros créditos		–	–	394	822
Investimentos	9	3.398	8.632	–	–
Imobilizado	10	676.869	728.893	707.205	764.296
Intangível		7.624	861	8.164	1.497
Total do ativo não circulante		1.072.756	1.101.267	1.065.138	1.100.847
Total dos ativos		1.127.048	1.154.683	1.120.751	1.157.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A receita operacional bruta de 2012 foi superior a apresentada no ano de 2011 em 39%, decorrente basicamente do ajuste da Receita Anual Permitida - RAP. As deduções da receita operacional apresentaram uma redução de 140%, reflexo da reversão de contingência associada a incidência de PIS/COFINS sobre o faturamento referente à disponibilização do sistema de transmissão para exportação de energia registrada no ano de 2011. Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram redução de 4%, decorrente, principalmente, da menor contratação de serviços de terceiros(consultorias/assessorias). Esses fatores implicaram em um EBITDA de R\$ 204 milhões em linha com o do ano anterior. A margem EBITDA atingiu 78%, 4 p.p. acima do verificado em 2011. Estas variações determinaram um Resultado Operacional de R\$ 149 milhões, 6% abaixo do apresentado em 2011 (R\$ 158 milhões). A performance operacional foi compensada por um melhor resultado financeiro, decorrente, principalmente, de menores encargos de dívidas. Em decorrência dos efeitos acima, o total de impostos apresentou incremento de 5% e o lucro líquido encerrou o exercício em linha com o registrado no ano anterior, alcançando em 2012 um total de R\$ 68,6 milhões (R\$ 69,1 milhões em 2011). **6) Responsabilidade Socioambiental:** A Endesa Cien entende que conhecer e estar presente constantemente nas comunidades onde atua é premissa básica de sua atuação socioambiental. Nesse sentido, a empresa busca elaborar projetos que reforcem o enraizamento no entorno, como parte do plano estratégico de sustentabilidade que direciona a ação de todas as empresas Endesa. Pesquisas de opinião são os principais instrumentos para aferir os efeitos das ações desenvolvidas nas comunidades. Há contatos sistemáticos com líderes locais para levantamento de informações e avaliação dos projetos, que também são verificados por indicadores sociais. Em 2012, as ações da Endesa Cien representaram um investimento de cerca de R\$ 357 mil que beneficiaram cerca de 30.296 pessoas. Entre as diversas iniciativas, destacam-se: • Criança Feliz: Consiste em visitas às escolas para atividades de meio ambiente, leituras e dicas de cidadania e meio ambiente; • Feira do Livro de São Luiz Gonzaga: Oferece ações de cultura e lazer, através de uma feira literária, com o intuito de fomentar e promover a educação; • Inclusão Digital Lar Escola: Doação de computadores para um laboratório digital onde serão desenvolvidas aulas de informática, reforço escolar e a inclusão digital das crianças da Instituição Lar Escola em São Luiz Gonzaga; • Feira do Livro de Santo Angelo: Leituras coletivas, teatros, saraus e café literário para crianças e adolescentes da cidade de Santo Angelo; • Mulheres Integradas: Apoio à Associação das Mulheres Integradas de Garruchos. Nela são oferecidos cursos de capacitação e doação de máquinas para o desenvolvimento da tecelagem, que constitui a principal fonte de renda das mulheres integrantes; • Projeto Teatro de Brinquedo: Integrante do Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura o projeto visa contribuir na qualificação do processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas, utilizando o texto teatral como ferramenta. A empresa é certificada nas questões relativas a saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), que são integradas e possuem sistemas próprios de gestão. Além disso, a Endesa Cien colabora com unidades de preservação no Estado do Rio Grande do Sul. **7) Reconhecimentos e Premiações:**

Guia Você S/A-Exame – Endesa Geração ingressou na lista das “150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A-Exame, considerado referência nacional em clima organizacional e gestão de pessoas. **Great Place to Work (GTPW)** – Endesa Geração ficou entre as “30 Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro” e entre as “100 melhores para Trabalhar no Brasil”, em 2012.

8) Composição Acionária:

Composição Acionária – Ações Ordinárias	2012	%	2011	%
Endesa Brasil	285.044.679	100%	285.044.679	100%
Outros	3	0%	3	0%
Total	285.044.682	100%	285.044.682	100%

9) Auditores Independentes: A Companhia firmou contrato com a Ernst&Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras, para um período de 5 (cinco) anos. A Ernst &Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria externa independente. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. **10) Agradecimentos:** A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda de que os resultados alcançados em 2012 tornaram-se efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Passivos					
Circulante					
Fornecedores	11	13.183	9.804	13.865	9.878
Empréstimos e financiamentos	12	–	200.191	–	200.191
Partes relacionadas	15	348.967	177.993	348.967	177.993
Obrigações trabalhistas		3.224	2.069	3.224	2.069
Obrigações fiscais	13	6.902	65.950	8.112	68.915
Parcelamentos de tributos	14	19.589	21.856	19.589	21.856
Dividendos	18	10.349	26.762	10.349	26.762
Programa de pesquisa e desenvolvimento		1.841	772	1.841	772
Outras obrigações	17	16.568	8.491	17.967	10.074
Total do passivo circulante		420.623	513.888	423.914	518.510
Não circulante					
Partes relacionadas	15	123.987	111.667	133.265	120.188
Parcelamento de tributos	14	1.359	16.757	1.359	16.757
Tributos diferidos	8	11.856	3.594	11.856	3.594
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	20.940	37.677	20.940	37.677
Provisão para perda em investimentos	9	18.866	10.369	–	–
Total do passivo não circulante		177.008	180.064	167.420	178.216
Patrimônio líquido	18				
Capital social		285.045	285.045	285.045	285.045
Reservas de lucros		244.075	175.469	244.075	175.469
Outros resultados abrangentes		297	217	297	217
Total do patrimônio líquido		529.417	460.731	529.417	460.731
Total dos passivos e patrimônio líquido		1.127.048	1.154.683	1.120.751	1.157.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida	19	244.882	258.750	263.142	277.902
Custo do serviço	20	(91.455)	(12.126)	(97.474)	(17.459)
Lucro bruto		153.427	246.624	165.668	260.443
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(15.235)	(101.341)	(16.944)	(103.041)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	119	936	119	936
Depreciação e amortização	20	(100)	(86)	(100)	(86)
Resultado de equivalência patrimonial	20	(13.811)	(5.334)	–	–
		(29.027)	(105.825)	(16.925)	(102.191)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		124.400	140.799	148.743	158.252
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	2.882	41.941	2.954	42.017
Despesas financeiras	21	(20.563)	(79.669)	(20.667)	(80.049)
Variações cambiais líquidas	21	8.762	6.381	(21.919)	(12.627)
		(8.919)	(31.347)	(39.632)	(50.659)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		115.481	109.452	109.111	107.593
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22	(36.785)	(63.460)	(36.838)	(65.140)
Diferidos	22	(10.090)	23.115	(3.667)	26.654
		(46.875)	(40.345)	(40.505)	(38.486)
Lucro líquido do exercício		68.606	69.107	68.606	69.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros						
		Capital social		Retenção de lucros	Outros resultados		Lucros acumulados	
		Legal	Legal	de lucros	abrangentes	Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2010		285.045	28.330	94.445	100	–	–	407.920
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	9	–	–	–	117	–	–	117
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	69.107	69.107
Reserva legal	18	–	3.455	–	–	–	(3.455)	–
Dividendo mínimo obrigatório	18	–	–	–	–	–	(16.413)	(16.413)
Reserva de lucros	18	–	–	49.239	–	–	(49.239)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011		285.045	31.785	143.684	217	–	–	460.731
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	9	–	–	–	80	–	–	80
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	68.606	68.606
Reserva legal	18	–	3.430	–	–	–	(3.430)	–
Reserva de lucros	18	–	–	65.176	–	–	(65.176)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2012		285.045	35.215	208.860	297	–	–	529.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		68.606	69.107	68.606	69.107
Outros resultados abrangentes					
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	9	80	117	80	117
Resultado abrangente do exercício		68.686	69.224	68.686	69.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais. A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("Companhia" ou "CIEN"), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a Companhia promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades. Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL. A equiparação comercial e técnica da Companhia a transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 9 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012, a ANEEL homologou RAP no montante de R\$278.277, para o período 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R\$11.221. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a Companhia será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013.

2. Principais políticas contábeis.

2.1. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controladas	Percentual de participação (%)	Direta
CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. (*)	99,99	99,99
TESA - Transportadora de Energia S.A. (*)	100	100

(*) Investidas no exterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a CTM - Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. e TESA - Transportadora de Energia S.A., localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional. A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, 100% de participação no capital total da TESA e 99,99% no capital da CTM. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas.

2.3. Base de elaboração. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.4. Informações por segmento. O Pronunciamento Técnico CPC 22 - *Informações por segmento* ("CPC 22") correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - transmissão de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.5. Conversão de moedas estrangeiras. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da CIEN determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento. As Demonstrações Contábeis das controladas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 - ARS 1,00 - R\$0,4155, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011 - ARS 1,00 - R\$0,4358), e as contas de resultado, pela taxa média mensal. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6. Reconhecimento de receita. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, emitido anualmente e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente. 2.7.1. Ativo financeiro. Reconhecimento inicial e mensuração. Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos financeiros.

Mensuração subsequente. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Investimentos mantidos até o vencimento. Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes

até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. 2.7.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários. 2.7.1.2. Contas a receber. As contas a receber referem-se aos créditos de disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, contabilizadas pelo regime de competência. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. 2.7.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.7.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.7.3. Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração. Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Mensuração subsequente. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Mantidos para negociação.** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas não possuem nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.7.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.7.5. Valor justo de instrumentos financeiros. O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. 2.8. Investimentos. O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia. As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento. 2.9. Imobilizado. Registrado ao custo de aquisição e/ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do tempo de vida útil estimado dos bens, definidas pela ANEEL, os juros e demais encargos financeiros, relativamente aos financiamentos obtidos com terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão incorporados ao custo. A Administração avalia anualmente a existência de indícios de não realização dos ativos, e quando aplicável, elabora o teste de realização nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - *Redução ao valor recuperável de ativos* ("CPC 01") que poderá resultar na necessidade de constituição de provisão para perda dos bens. 2.10. Ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. 2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre

partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 2.12. Provisões. Geral. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação da evidência disponível, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.13. Impostos. Imposto de renda e contribuição social - correntes. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RIT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, da base de cálculo desses tributos. Impostos diferidos. Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados preparadas pela Administração. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei. 2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes. São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). 2.15. Participações nos lucros. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. 2.16. Distribuição de dividendos. A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - *Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes* ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - *Contabilização da proposta de pagamento de dividendos* ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido. 2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - *Demonstração dos fluxos de caixa* ("CPC 03"). 2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012. Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • CPC 40 (R1) - *Instrumentos Financeiros*. Evidenciação ("CPC 40"). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7"). • ICPC 08 (R1) - *Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos* ("ICPC 08"). A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. • CPC 18 (R1) - *Investimento em Coligada e em Controlada* ("CPC 18"). A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo. • ICPC 09 (R1) - *Demonstrações Contábeis Individuais*, *Demonstrações Separadas*, *Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial* ("ICPC 09"). A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18. • CPC 17 (R1) - *Contratos de Construção* ("CPC 17"). A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - *Construction Contracts*. • CPC 30 (R1) - *Receitas* ("CPC 30"). A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - *Revenue*. • CPC 35 (R2) - *Demonstrações Separadas* ("CPC 35"). A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - *Separate Financial Statements*. 2.19. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012. Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor. • CPC 33 (R1) - *Benefícios a Empregados* ("CPC 33"). A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. • CPC 18 (R2) - *Investimento em Coligada*, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"). A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é preservar a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • CPC 45 - *Divulgações de Participações em Outras Entidades* ("CPC 45"). O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a

CIEN - COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA E CONTROLADAS

CNPJ/MF Nº 01.983.856/0001-97

posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36"). A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - International Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"). O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido.

6. Contas a receber de revendedores (controladora e consolidado)

	A vencer e vencidos até 90 dias		Vencidos a mais de 90 dias		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.163	1.141	128.297	128.297	129.460	129.438
Tractebel Energia S.A.	682	610	70.772	70.772	71.454	71.382
CHESF	2.515	2.592	-	-	2.515	2.592
ELETROPAULO	2.327	2.265	-	-	2.327	2.265
ELETRONORTE	1.825	1.930	-	-	1.825	1.930
CEMIG	2.401	2.219	-	6	2.401	2.225
COPEL	1.813	1.551	-	303	1.813	1.854
LIGHT	1.155	1.218	-	-	1.155	1.218
CPFL	1.479	877	-	-	1.479	877
CESP	971	751	-	-	971	751
CELESC	897	680	-	-	897	680
BANDEIRANTE	740	575	-	-	740	575
ELEKTRO	356	558	-	-	356	558
PIRATININGA	287	460	-	-	287	460
EPASA	30	-	427	427	457	427
COELBA	573	398	-	-	573	398
CEEE	449	373	-	-	449	373
RGE	426	347	-	-	426	347
AES-SUL	453	341	-	-	453	341
ESCELSA	380	287	-	-	380	287
CELPE	402	282	-	-	402	282
CELG	374	281	-	-	374	281
CEMAT	230	212	-	-	230	212
Outros	7.496	8.047	1.332	673	8.828	8.720
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(196.384)	(196.384)	(196.384)	(196.384)
Total	29.424	27.995	4.444	4.094	33.868	32.089
Circulante					33.868	32.089
Não circulante					-	-

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.460 e R\$71.454 (R\$129.438 e R\$71.382 em 2011) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$4.530, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da Companhia quando equiparada a uma transmissora. Os saldos de contas a receber classificados como outros estão relacionados aos recebimentos devidos à Companhia oriundos da utilização da rede de transmissão de energia de sua propriedade por demais agentes do setor elétrico. Por se tratarem de saldos extremamente pulverizados, não fora efetuada a abertura analítica do grupo. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2010		Saldo em 31 de dezembro de 2011		Saldo em 31 de dezembro de 2012
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(131.644)		(196.384)		(196.384)
Variação cambial	24.165		Variação cambial		-
Adições	(88.905)		Adições		-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(196.384)		Saldo em 31 de dezembro de 2012		(196.384)

7. Tributos a compensar

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PIS e COFINS	3.395	1.298	22.106	20.816
Imposto de renda e contribuição social	8.109	15.117	-	-
Total	11.504	16.415	22.106	20.816

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PIS e COFINS	3.405	1.308	22.106	20.816
Antecipações IRPJ e CSLL	-	395	463	518
Créditos de IVA	-	-	6.850	6.640
Imposto de renda e contribuição social	8.109	15.117	-	-
Total	11.514	16.820	29.419	27.974

Em anos anteriores, a Companhia efetuou pagamentos de PIS e COFINS além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a Administração entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os créditos de IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) se originam da construção do sistema de transmissão das controladas CTM e TESA, localizadas na Argentina. Tais créditos são recuperados à medida em que as Companhias transmitem energia para o Brasil, através do mecanismo de pedido de restituição às autoridades fazendárias da Argentina.

8. Tributos diferidos

	Controladora					
	Ativo diferido					
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.096	49.096	17.675	17.675	66.771	66.771
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.272	8.067	1.898	2.904	7.170	10.971
Outros	29.698	28.246	10.690	10.169	40.388	38.415
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	48.027	48.027	17.290	17.290	65.317	65.317
Total	132.093	133.436	47.553	48.038	179.646	181.474

	Consolidado					
	Ativo diferido					
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento passivo regulatório	(1.403)	-	(505)	-	(1.908)	-
Variações cambiais não realizadas	(7.315)	(2.642)	(2.633)	(952)	(9.948)	(3.594)
Total	(8.718)	(2.642)	(3.138)	(952)	(11.856)	(3.594)

	Consolidado					
	Ativo diferido					
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.096	49.096	17.675	17.675	66.771	66.771
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.272	8.067	1.898	2.904	7.170	10.971
Outros	38.884	32.951	13.998	11.863	52.882	44.814
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	48.027	48.027	17.290	17.290	65.317	65.317
Total	141.279	138.141	50.861	49.732	192.140	187.873

	Consolidado					
	Passivo diferido					
	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento passivo regulatório	(1.403)	-	(505)	-	(1.908)	-
Variações cambiais não realizadas	(7.315)	(2.642)	(2.633)	(952)	(9.948)	(3.594)
Total	(8.718)	(2.642)	(3.138)	(952)	(11.856)	(3.594)

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos encontra-se disposta a seguir:

ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa.** Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e contas correntes bancárias	340	333	406	857
Aplicações financeiras	3.334	2.612	3.334	2.612
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.674	2.945	3.740	3.469

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações diretas	-	-	-	-
Fundos de investimento	-	20	-	20
Total de aplicações diretas	-	20	-	20
Fundos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	3.301	311	3.301	311
Operações compromissadas	33	-	33	-
Fundos de investimento	-	2.281	-	2.281
Total de fundos exclusivos	3.334	2.592	3.334	2.592
Total de aplicações financeiras	3.334	2.612	3.334	2.612

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fundos de investimentos	-	-	-	-
Bônus da República Argentina	-	-	1.216	2.233
Total de fundos de investimentos	-	-	1.216	2.233
Fundos de investimentos exclusivos				
Títulos públicos	201	459	201	459
Fundos de investimento	2.782	-	2.782	-
Operações compromissadas	-	308	-	308
Outros	298	15	298	15
Total de fundos exclusivos	3.281	782	3.281	782
Total de títulos e valores mobiliários	3.281	782	4.497	3.015

A Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários.

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	165.175	(10.410)	154.765
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	16.299	6.816	23.115
Saldo em 31 de dezembro de 2011	181.474	(3.594)	177.880
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	(1.828)	(8.262)	(10.090)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	179.646	(11.856)	167.790

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	168.035	(10.410)	157.625
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	19.838	6.816	26.654
Saldo em 31 de dezembro de 2011	187.873	(3.594)	184.279
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	4.595	(8.262)	(3.667)
Baixa de tributo diferido não realizável	(328)	-	(328)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	192.140	(11.856)	180.284

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos, no prazo máximo estipulado que correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Expectativa realização diferido (Controladora)		Expectativa realização diferido (Consolidado)	
Ano de realização		Ano de realização	
2013	46.453	2013	46.453
2014	44.555	2014	44.555
2015	23.322	2015	23.322
2016	47.448	2016	47.448
2017 a 2019	17.868	2017 a 2019	30.362
Total	179.646	Total	192.140

9. Investimentos

	31/12/2012					
	Quantidade de ações	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial
TESA Transportadora de Energia S.A.	14.175.999	25.436	(18.866)	100%	(8.979)	482 (8.979) (18.866)
CTM - Companhia de Transmissão del Mercosur S.A.	55.511.999	6.593	3.398	99,99%	(4.832)	(402) (4.832) 3.398
Total	-	32.029	(15.468)	-	(13.811)	80 (13.811) (15.468)

	31/12/2011					
	Quantidade de ações	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial
TESA Transportadora de Energia S.A.	14.175.999	25.436	(10.369)	100%	(4.499)	(237) (4.499) (10.369)
CTM - Companhia de Transmissão del Mercosur S.A.	55.511.999	6.593	8.632	99,99%	(835)	354 (835) 8.632
Total	-	32.029	(1.737)	-	(5.334)	117 (5.334) (1.737)

A movimentação dos investimentos está disposta no quadro abaixo:

	Consolidado			
	Em serviço		Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.311.184	(533.489)	777.695	30.908
Adições	-	(47.440)	(47.440)	1.241
Baixas	(556)	520	(36)	-
Transferências	1.485	-	1.485	(1.485)
Efeito de conversão de controlada no exterior	2.768	(840)	1.928	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.314.881	(581.249)	733.632	30.664
Adições	320	(53.607)	(53.287)	6.802
Baixas	(10.173)	1.495	(8.678)	-
Transferências	1.385	-	1.385	(1.385)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(1.930)	2	(1.928)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.304.483</u>	<u>(633.359)</u>	<u>671.124</u>	<u>36.081</u>

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL. A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura da Companhia. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 25 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil desses ativos passou a se situar em torno de 27 anos, o que corresponde ao acréscimo de 2 anos em relação à vida útil econômica média anterior. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 474, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)		Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	5,00%	Transmissão	3,57%
Banco de capacitores	2,50%	Painel, Mesa de Comando e Cubículo	2,78%
Barramento	3,33%	Reator (Resistor)	2,86%
Chave	2,70%	Transformador de força	3,33%
Condutor	3,03%	Transformador de serviços auxiliares	6,25%
Disjuntor	6,67%	Administração	14,29%
Conversor de frequência	2,70%	Equipamentos gerais	-
Estrutura (Poste, Torre)	-	Veículos	-

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores				
CCEE	-	755	-	755
CYMI do Brasil	4.580	-	4.580	-
ABB Ltda.	256	499	256	499
MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.	1.036	1.512	1.036	1.512
Cotesa Engenharia Ltda.	-	365	-	365
Abdo, Ellery e Assoc.	387	670	387	670
Levin Global	-	232	-	232
Munters Brasil	129	-	129	-
IBM Brasil	152	-	152	-
Indra Brasil	211	-	211	-
Schneider Electric	105	-	105	-
Mega Sul Concretos Ltda.	-	182	-	182
Metalúrgica Ictus Urubrax Ltda.	-	123	-	123
Baehr Ind. e Com. de Máquinas	-	146	-	146
Materiais e serviços	1.516	1.208	1.516	1.208
Outros	4.811	4.112	5.493	4.186
Total	<u>13.183</u>	<u>9.804</u>	<u>13.865</u>	<u>9.878</u>

12. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2011			
	Circulante	Não circulante		Principal
Credor				
Moeda				
Taxas				
Santander S.A.	R\$	CDI + 1,7% a.a.	200.000	191
Total			200.000	191

O empréstimo fora obtido através da emissão de 40 CCB's - Cédulas de Crédito Bancário - com valores unitários de R\$15.000 e vencimentos em 28 de dezembro de 2012, que foram adquiridas junto a um consórcio de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil. Os recursos captados foram utilizados em sua grande maioria para a liquidação de dívidas. Em 31 de dezembro de 2011, o empréstimo da CIEN com o Banco Santander possuía como garantia o aval da Endesa Brasil S.A. (no valor total do empréstimo), que contratualmente se responsabilizava pelo cumprimento das obrigações contratuais no caso de não cumprimento das condições acordadas. Esse empréstimo foi liquidado ao longo de 2012. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está disposta no quadro abaixo:

	Controladora e consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	200.562	200.000
Encargos	45.380	-	45.380
Transferência circulante/não circulante	200.000	(200.000)	-
Amortizações	(200.000)	-	(200.000)
Pagamento de juros	(45.751)	-	(45.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	200.191	-	200.191
Encargos	15.415	-	15.415
Amortizações	(200.000)	-	(200.000)
Pagamento de juros	(15.606)	-	(15.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

13. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social	1.965	54.465	1.617	55.813
IRRF - Mútuos	681	373	681	373
PIS	487	221	487	221
COFINS	2.240	9.182	2.240	9.182
ICMS	1.166	1.146	1.166	1.146
Outros	363	563	1.921	2.180
Total	<u>6.902</u>	<u>65.950</u>	<u>8.112</u>	<u>68.915</u>

14. Parcelamentos de tributos

	Controladora e consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Auto Infr. IRPJ/CSLL	ICMS	Total	Auto Infr. IRPJ/CSLL	ICMS	Total
ICMS (a)						
Auto de infração IRPJ/CSLL (b)						
Total			20.948			38.614
Circulante			19.589			21.857
Não Circulante			1.359			16.757
Total			<u>20.948</u>			<u>38.614</u>

A movimentação dos parcelamentos de tributos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se disposta abaixo:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Auto Infr. IRPJ/CSLL	ICMS	Total	Auto Infr. IRPJ/CSLL	ICMS	Total
	Saldo inicial	8.422	30.191	38.613	11.168	40.513
(+) Adições	-	-	-	-	-	-
(-) Pagamentos	(4.157)	(16.086)	(20.243)	(3.848)	(15.095)	(18.943)
(+) Atualização	598	1.980	2.578	1.101	4.775	5.876
Saldo final	<u>4.863</u>	<u>16.085</u>	<u>20.948</u>	<u>8.421</u>	<u>30.193</u>	<u>38.614</u>
Circulante	3.504	16.085	19.589	6.760	15.096	21.857
Não circulante	1.359	-	1.359	1.661	15.097	16.757
Total do passivo	<u>4.863</u>	<u>16.085</u>	<u>20.948</u>	<u>8.421</u>	<u>30.193</u>	<u>38.614</u>

a) REFERJ - Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Valor do ICMS incidente sobre as importações de equipamentos do sistema de interconexão efetuadas no Estado do Rio de Janeiro, o qual vem sendo pago pela Companhia através do Programa de Refinanciamento de dívidas com a Fazenda deste Estado - amortizável em um período de 10 anos (restando um ano em 31 de dezembro de 2012), corrigido pela UFIR-FJ. b) IRPJ/CSLL. A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrido pela SELIC. A Companhia aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa.

15. Partes relacionadas

	Controladora					
	31/12/2012					
	Ativo		Passivo		Resultado	
Natureza das operações	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	
CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A.	Mútuo	74.061	-	-	-	9.558
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Mútuo	101.476	-	-	-	12.499
Endesa Brasil S.A.	Mútuo	-	348.967	-	-	(21.421)
CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A.	Substituição Tributária	-	-	1.067	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Tributária	-	-	1.443	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A.	Transporte de energia	-	-	87.757	-	3.676
Endesa Costanera S.A.	Transporte de energia	-	-	33.720	-	1.424
COELCE - Companhia Energética do Ceará	Transporte de energia	297	-	-	-	2.597
AMPLA Energia e Serviços S.A.	Transporte de energia	417	-	-	-	3.977
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	Transporte de energia	53	-	-	-	484
CDSA - Cachoeira Dourada S.A.	Transporte de energia	93	-	-	-	841
Total		<u>176.397</u>	<u>348.967</u>	<u>123.967</u>	<u>7.899</u>	<u>5.736</u>

	Consolidado					
	31/12/2012					
	Ativo		Passivo		Resultado	
Natureza das operações	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	
Endesa Brasil S.A.	Mútuo	-	348.967	11.788	-	(23.161)
CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A.	Transporte de energia	86.539	-	87.757	13.500	3.676
Endesa Costanera S.A.	Transporte de energia	33.701	-	33.720	4.760	1.424
COELCE - Companhia Energética do Ceará	Transporte de energia	297	-	-	-	2.597
AMPLA Energia e Serviços S.A.	Transporte de energia	417	-	-	-	3.977
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	Transporte de energia	53	-	-	-	484
CDSA - Cachoeira Dourada S.A.	Transporte de energia	93	-	-	-	841
Total		<u>121.100</u>	<u>348.967</u>	<u>133.265</u>	<u>26.159</u>	<u>(18.061)</u>

	Consolidado					
	31/12/2011					
	Ativo		Passivo		Resultado	
Natureza das operações	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	
CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A.	Mútuo	64.503	-	-	-	10.183
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Mútuo	88.977	-	-	-	13.574
Endesa Brasil S.A.	Mútuo	-	173.651	-	-	(13.577)
Endesa Internacional S.A. (MIGA e ICO)	Mútuo	-	4.342	-	-	-
CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A.	Substituição Tributária	-	-	2.576	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Substituição Tributária	-	-	1.391	-	-
CE						

CIEN - COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA E CONTROLADAS

CNPJ/MF Nº 01.983.856/0001-97

Remuneração da Administração: A remuneração total do Conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.269 (R\$1.919 em 2011).
16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado) - A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionadas todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **Provisões com risco provável:** Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora e consolidado			
	31/12/2010		31/12/2011	
	Saldo acumulado	Adições (reversões)	Atualizações monetárias	Saldo acumulado
Trabalhista	5.437	(81)	351	-
Cíveis	3.773	2.811	718	-
Fiscais	149.617	(127.513)	2.645	(81)
Total	158.827	(124.783)	3.714	(81)
Circulante	128.561	-	-	-
Não circulante	30.266	-	-	-

	Controladora e consolidado			
	31/12/2011		31/12/2012	
	Saldo acumulado	Adições (reversões)	Atualizações monetárias	Saldo acumulado
Trabalhista	5.707	5	295	(103)
Cíveis	7.302	(124)	2.192	(26)
Fiscais	24.668	-	243	(19.219)
Total	37.677	(119)	2.730	(19.348)
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	37.677	-	-	-

Contingências com risco possível: A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$4.450.000 em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.825.000 em 2011). a) Riscos cíveis: a.1) Tractebel: A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$117, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas. a.2) Furnas: Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do "Contrato de Potencia Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$520 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação. b) Riscos fiscais: b.1) PIS/COFINS: A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, objeto de processos de compensação realizados pela Companhia, nos valores atualizados de R\$972 e R\$3.790. Na primeira execução, a Companhia apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela CIEN. Em 18 de outubro de 2011, a CIEN apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância. Na segunda execução, a Companhia apresentou defesa (embargos à execução). Em sentença de primeira instância judicial publicada em 14 de dezembro de 2012 foi reconhecida a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa ("CDA") envolvidas na execução fiscal, o que reduziu o valor de R\$5.941 para R\$3.790. A Companhia apresentará recurso à segunda instância judicial em relação às CDAs remanescentes. b.2) IRPJ/CSLL: A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrigido pela SELIC. A Companhia aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a CIEN foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a CIEN apresentou recurso voluntário e aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$8.452. b.3) ICMS - Diferencial de alíquota: Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal no valor de R\$15.377, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da Companhia, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à Companhia, na qual os embargos foram julgados improcedentes. A CIEN apresentou recurso de apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a Fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento. A Companhia apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o direito da Companhia ao não recolhimento do diferencial de alíquotas de ICMS incidente nas operações de aquisição de equipamentos destinados ao ativo fixo da CIEN. O valor atualizado envolvido, R\$1.331, este processo encontra-se depositado. Em razão da Companhia ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) a discussão atualmente limita-se ao levantamento do depósito efetuado relativos aos anos de 2001 e 2002. Em 06 de junho de 2011, a Companhia apresentou pedido de levantamento do depósito judicial que aguarda julgamento. b.4) ICMS - Venda interestadual de energia: Em março de 2011 a CIEN recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará para cobrar o ICMS incidente sobre as vendas interestaduais de energia a consumidores industriais. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda decisão de primeira instância. O valor envolvido no processo é de R\$3.810.

17. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Reserva global de reversão	10.745	5.441	10.745	5.441
Taxas regulamentares - ANEEL	1.690	911	1.690	911
Outros	4.133	2.139	5.532	3.722
Total	16.568	8.491	17.967	10.074

18. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	Ordinárias	
	Quantidade	%
Endesa Brasil S.A.	285.044.679	99,98
Outros	3	0,02
Total	285.044.682	100,00

b) **Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. c) **Retenção de lucros:** É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art. 202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou compra de ações. O saldo de lucros remanescentes, no valor de R\$48.882 foi destinado à constituição de reserva em 31 de dezembro de 2012, até que ocorresse a Assembleia Geral para decidir sobre sua destinação. d) **Dividendos:** Em conformidade com o inciso II § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, a Companhia está sugerindo para posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária a retenção do lucro na sua totalidade como reforço de capital para investimento futuros. A base de cálculo para a reserva legal e a reserva de reforço para capital de giro está disposta abaixo:

	31/12/2012	
	Dividendos totais	R\$ por mil ações
Lucro líquido do exercício	68.606	240,68
(-) Reserva legal	(3.430)	-
Lucro líquido ajustado	65.176	228,65
Reserva de lucros	65.176	228,65

e) **Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior:** Em conformidade CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$80 (R\$118 em 2011) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA. Em 31 de dezembro de 2012, a controladora CIEN possui registrado na rubrica de outros resultados abrangentes o valor de R\$297 (R\$217 em 2011).

19. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas	-	-	-	-
Disponibilização da rede de transmissão	264.404	178.927	264.404	178.927
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	7.899	10.732	26.159	29.884
Deduções da receita bruta	-	-	-	-
Quota para reserva global de reversão	(7.941)	(5.441)	(7.941)	(5.441)
PIS	(4.505)	13.767	(4.505)	13.767
COFINS	(12.582)	62.396	(12.582)	62.396
Pesquisa e desenvolvimento	(2.393)	(1.631)	(2.393)	(1.631)
Total de deduções de receita	(27.421)	69.091	(27.421)	69.091
Receita líquida	244.882	258.750	263.142	277.902

20. Custo, despesas (receitas) operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	Custo do serviço	Despesas gerais/adm e operacionais	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	7.993	5.646	13.639	11.909
Administradores	453	1.816	2.269	2.234
Material	293	27	320	358
Transporte de potência	18.798	-	18.798	(20.173)

	Controladora			
	Despesas gerais/adm e operacionais		31/12/2012	31/12/2011
Energia para revenda	-	-	-	(30.943)
Serviços de terceiros	11.933	1.621	13.554	12.913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	88.905
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(119)	(119)	(936)
Depreciação/amortização	51.985	100	52.085	43.748
Equivalência patrimonial	-	13.811	13.811	5.334
Outras	-	6.125	6.125	4.602
Total	91.455	29.027	120.482	117.951
Pessoal	7.993	6.891	14.884	13.006
Administradores	453	1.816	2.269	2.234
Material	293	27	320	358
Transporte de potência	18.798	-	18.798	(20.173)
Energia para revenda	-	-	-	(30.943)
Serviços de terceiros	14.427	2.085	16.512	15.157
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	88.905
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(119)	(119)	(936)
Depreciação/amortização	55.510	101	55.611	47.440
Outras	-	6.124	6.124	4.602
Total	97.474	16.925	114.399	119.650

21. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	536	2.008	608	2.084
Outras receitas financeiras	2.346	39.933	2.346	39.933
Total	2.882	41.941	2.954	42.017
Despesas financeiras	-	-	-	-
Encargos de dívidas	(15.418)	(45.508)	(15.484)	(45.725)
Atualização sobre riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.730)	(10.995)	(2.730)	(10.995)
Outras despesas financeiras	(2.415)	(23.166)	(2.453)	(23.329)
Total	(20.563)	(79.669)	(20.667)	(80.049)

22. Imposto de renda e contribuição social:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	115.481	100%	109.452	100%
Alíquota Nominal	39.264	34%	37.214	34%
Adições permanentes	-	-	-	-
Perdas em investimento custo	4.696	11,96%	1.813	4,87%
Bônus diretoria	311	0,79%	348	0,94%
Taxa CTM e TESA - subst. tributária	-	0,00%	-	0,00%
Adição lucro coligada no exterior - CTM	-	0,00%	56	0,00%
Participação nos lucros Adm	336	0,86%	-	0,00%
Multas inadutíveis	2	0,01%	2	0,01%
Despesas Inadutíveis - Baixas diversas	-	0,00%	297	0,80%
Fringe benefits - deprec. veículos	-	0,00%	1	0,00%
Outros	2.290	5,83%	40	0,11%
Total	7.635		2.557	

Exclusões permanentes
 Ganho em investimento custo
 Exclusão permanente em controlada no exterior

	-	0,00%	-	0,00%
	-	0,00%	(4.204)	(11,33)%
	-	0,00%	(4.204)	(1,227)

Deduções permanentes
 Adicional do IRPJ

	(24)	(0,06)%	(24)	(0,06)%
	(24)		(24)	(0,07)%

Outros ajustes:
 Provisão contingência ICMS
 Ajuste contingência IRPJ e CSLL

	-	0,00%	(4.961)	(13,33)%
	-	0,00%	5.559	14,94%
	-	-	-	0,00%
	-	-	598	-

IRPJ/CSLL diferido no resultado (receita)
 IRPJ/CSLL corrente no resultado
 Alíquota efetiva

	10.090	8,74%	(23.115)	(21,12)%
	36.785	31,85%	63.460	57,98%
	46.875	40,59%	40.345	36,86%
	-	-	40.505	37,12%
	-	-	38.486	35,77%

23. Instrumentos financeiros e riscos operacionais: Considerações gerais. A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado. **Fatores de risco.** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados: a) **Risco de taxa de câmbio.** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira.

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Partes relacionadas	-	-
Contas a receber	860	844
Mútuos	175.537	153.480
Fornecedores	(123.987)	(111.667)
Empréstimos e financiamentos	-	(4.342)
Exposição líquida	52.410	38.315

Partes relacionadas
 Contas a receber
 Fornecedores
 Empréstimos e financiamentos
 Exposição líquida

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Partes relacionadas	-	-
Contas a receber	121.100	112.118
Fornecedores	(121.477)	(113.490)
Empréstimos e financiamentos	(11.788)	(11.040)
Exposição líquida	(12.165)	(12.412)

b) **Risco de crédito.** Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos de perdas com as aplicações financeiras. c) **Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e aos empréstimos com parte relacionada. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2012 fossem iguais às esperadas para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

	31/12/2012	Efeitos	
		Aumento/redução em pontos base	No patrimônio líquido
Passivos financeiros	-	-	-
CDI	2,32%	(820)	(820)

d) **Gestão do risco de capital.** A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na Nota 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da companhia. O índice de endividamento da Companhia é o seguinte:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos (i)	-	200.191
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(6.955)	(3.727)
Dívida líquida (ii) (a)	(6.955)	196.464
Patrimônio líquido (iii) (b)	513.123	460.731
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	(0,01)	0,30

(i) Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia liquidou na totalidade o empréstimo mantido. (ii) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e

Ativo	Categoria	Nível	Controladora			
			31/12/2012		31/12/2011	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	3.674	3.674	2.945	2.945
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	3.281	3.281	782	782
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	-	33.868	33.868	32.089	32.089
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	176.397	185.307	154.324	154.324
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	200.191	200.995
Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	-	348.967	348.388	173.651	173.215
Empréstimo com partes relacionadas em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	4.342	4.378
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	13.183	13.183	9.804	9.804
Fornecedores com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	-	123.987	123.987	111.667	111.667

Ativo	Categoria	Nível	Consolidado			
			31/12/2012		31/12/2011	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	3.740	3.740	3.469	3.469
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	4.497	4.497	3.015	3.015
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	-	33.868	33.868	32.089	32.089
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	121.100	121.100	112.118	112.118
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	200.191	200.191
Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	-	348.967	348.388	173.651	173.215
Empréstimo com partes relacionadas em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	-	11.788	12.103	11.040	11.484
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	13.865	13.865	9.878	9.878
Fornecedores com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	-	121.477	121.477	113.490	113.490

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata. **Valor justo hierárquico.** Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **24. Participação nos lucros:** A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2012 foi de R\$2.363 (R\$1.256 em 2011). **25. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$1.256.560, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$647.572 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.014.785. A Companhia também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$525.292 por sinistro ou agregado anual. As especificações por modalidade de risco, bem como as respectivas datas de vigência, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2012	31/10/2013	R\$1.256.560	R\$1.014.785
Responsabilidade Civil	31/10/2012	31/10/2013	N/A	R\$525.292

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Marcelo Andrés Llénenes Rebollo

Vice Presidente: Ana Claudia Gonçalves Rebello

José Augustín Venegas Maluenda

DIRETORIA - EXECUTIVA:

Diretor Presidente: Guilherme Gomes Lencastre

Diretor de Planejamento e Controle: Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira

Diretor Técnico: José Ignácio Pires Medeiros

Diretor de Trading e Comercialização: Manuel Rigoberto Herrera Vargas

Diretor de Recursos Humanos: Carlos Ewandro Naegle Moreira

Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco

Diretor Financeiro: Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Jurídico: Ana Cláudia Gonçalves Rebello

Relações com Investidores:

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável:

Claudio Roberto de Azevedo Ferreira - CRC RJ 078103/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **CIEN - Companhia de Interconexão Energética** - NNiterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e

divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da CIEN - Companhia de Interconexão Energética em 31 de dezembro de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013. ERNST & YOUNG TERCO - Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ; Márcio F. Ostwald - Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4; Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0.